



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Fachin diz que atuação de Moraes contra Mendonça levou STF a reavaliar poderes dados ao ministro

LUIZ SILVEIRA/STF

■ O presidente do STF, Edson Fachin, afirmou que a decisão de Alexandre de Moraes que usou relatórios da Polícia Federal (PF) com questionamentos sobre a atuação do ministro André Mendonça levou a Corte a reavaliar os poderes atribuídos a Moraes no inquérito das fake news. A revisão terá procedimento administrativo próprio e relatório completo.

■ A afirmação consta de decisão desta quarta-feira (9), na qual Fachin reuniu sob a Presidência do STF procedimentos relacionados a decisões recentes de Moraes, Mendonça e Flávio Dino.

■ Ao abordar especificamente a medida tomada por Moraes no inquérito das fake news, Fachin afirmou:

■ “Já a decisão proferida originalmente no âmbito do Inquérito 4.781/DF, e atualmente apensada a esta Pet, revela medida que enseja necessária reanálise do escopo e dos limites da delegação exarada na Portaria GP 69 de 14 de março de 2019, a ser objeto de procedimento administrativo próprio, além de relatório completo”.

■ A Portaria GP 69, citada por Fachin, foi editada em março de 2019 pelo então presidente do STF, Dias Toffoli, e deu origem ao inquérito das fake



A revisão terá procedimento administrativo próprio e relatório completo no Supremo

news. Moraes foi designado diretamente para conduzir a investigação.

■ Na mesma decisão, Fachin contextualizou que relatórios produzidos pela PF sobre a atuação de Mendonça foram encaminhados pelo diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, e utilizados por Moraes em decisão de 3 de setembro.

■ “Tais relatórios, encaminhados pelo Diretor-Geral, instruíram a decisão do Ministro Alexandre de Moraes (3 de setembro) a qual, somada à arguição de nulidade da Procuradoria-Geral da República, motivou a instauração des-

te procedimento pela Presidência, em cumprimento ao dever de guarda das prerrogativas do Tribunal”, escreveu Fachin.

■ Os relatórios foram produzidos após Mendonça requisitar informações no âmbito das investigações relacionadas ao Banco Master. Segundo Fachin, os documentos da PF vinculavam questionamentos à atuação do ministro.

■ O presidente do STF também afirmou que os episódios recentes não deveriam ser examinados de forma isolada. “Examinados em sua sucessão, os atos acima não se revelam isolados”, registrou.

■ Fachin determinou ainda a suspensão da decisão de Mendonça na Petição 16.662, aberta a partir de questionamentos sobre a produção, pela PF, de relatórios que mencionavam sua atuação, e paralisou o procedimento até nova deliberação.

■ Também suspendeu decisão de Flávio Dino na Petição 16.669, investigação sobre suposto direcionamento de emendas parlamentares para o filme Dark Horse, na qual Dino havia determinado a reintegração de delegados a cargos de direção da Polícia Federal.

Presidente da OAB reage após cobrança de conselheiro federal sobre Moraes

■ O presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, afirmou que não pautará, neste momento, uma manifestação da entidade sobre o afastamento de autoridades citadas nas investigações do Banco Master. A declaração foi dada após o conselheiro federal Marcelo Tostes apresentar um requerimento para que a Ordem discuta o afastamento cautelar de Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

■ Em mensagem enviada a Tostes, Simonetti reconheceu a gravidade dos fatos, mas afirmou que a OAB aguardará o contraditório e o cumprimento do devido processo legal antes de discutir uma posição sobre eventuais afastamentos.

■ “A Ordem vai continuar se manifestando pedindo providências ao presidente do Supremo Tribunal Federal e aguardará o contraditório, que o devido processo legal

se cumpra. Não pautarei a questão sobre manifestação da OAB sobre afastamento de autoridades antes disso”, afirmou Simonetti.

■ O presidente da OAB acrescentou que a situação é grave, mas não comporta “atalhos”.

■ “Como disse o presidente do Supremo e alguns presidentes de OAB, a situação é grave, mas não tem solução fácil e nem admite atalhos. Reconheço que os fatos são gravíssimos, mas historicamente defendemos o Estado Democrático de Direito e, por conseguinte, o devido processo legal. Então, com honestidade, já lhe adianto”, disse.

■ Tostes apresentou nesta quarta-feira (9), como conselheiro federal da OAB, um requerimento para que o Conselho Pleno delibere sobre a adoção de uma posição institucional favorável ao afastamento cautelar de Moraes, Toffoli e Gonet. Ele pediu que o tema fosse incluído na reunião marcada para a pró-

xima segunda-feira (14).

■ No documento, Tostes cita fatos tornados públicos nas investigações relacionadas ao Banco Master e ao grupo liderado pelo banqueiro Daniel Vercaro. O conselheiro afirma que as informações levantam questionamentos sobre “eventuais relações, contatos, interesses privados e possíveis interferências” envolvendo autoridades.

■ O próprio requerimento ressalta que os fatos ainda dependem de investigação e não permitem uma conclusão definitiva sobre a responsabilidade das autoridades. Tostes sustenta, porém, que o afastamento cautelar serviria para preservar a independência das apurações.

■ Além dos afastamentos, o requerimento pede que a OAB cobre do STF a análise do pedido anteriormente apresentado pela entidade para o encerramento do Inquérito das Fake News, instaurado em 2019 e relatado por Moraes.

TCU propõe ofensiva contra avanço do CV e PCC sobre redes de internet

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) propôs uma série de medidas para enfrentar o avanço do crime organizado sobre o mercado de internet no país. Entre as ações estão o mapeamento de áreas de risco, o compartilhamento de informações com órgãos de segurança e a adoção de mecanismos para enfraquecer mercados ilícitos e permitir a “retomada do controle estatal sobre a infraestrutura”.

■ As propostas constam de auditoria que analisou as condições de atuação dos pequenos provedores de internet no Brasil. O relatório identificou dificuldades para a prestação dos serviços em territórios dominados por organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

■ Segundo o relatório, o controle territorial exercido pelo crime organizado tem provocado a substituição forçada de serviços regulares por “provedores paralelos”. A auditoria também menciona casos de “coerção e conversão forçada de clientes”.

■ Diante desse cenário, o TCU propõe que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mapeie regiões com atuação de provedores ilegais e áreas consideradas de alto risco para a prestação dos serviços.

■ O tribunal também defende a criação de um canal para compartilhamento de informações entre a Anatel, o Ministério Público e órgãos de segurança pública, além da avaliação de um mecanismo para denúncias anônimas.

■ A própria Anatel relatou aumento de ataques, sequestros e operação clandestina de redes de telecomunicações por facções criminosas. A agência passou a buscar maior articulação com órgãos de combate ao crime organizado e forças de segurança, inclusive no Rio de Janeiro e no Ceará.

■ Um acordo firmado entre a Anatel e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) prevê ainda a elaboração de uma base consolidada de informações e de um “mapa de calor” nacional de regiões afetadas pelo problema.

■ Para o TCU, a articulação entre os órgãos pode contribuir para enfraquecer os mercados ilícitos e permitir a “retomada do controle estatal sobre a infraestrutura” de telecomunicações em áreas afetadas pela atuação criminosa.